Movimentos em rede e movimentos tradicionais: perspectivas e inovações da análise da teoria dos movimentos sociais

Anderson O. C. Lobato[*]
Felipe Franz Wienke[**]

Introdução

O ano de 2013 trouxe reflexões profundas para a prática dos movimentos sociais no Brasil. As mobilizações, observadas em praticamente todas as capitais do país, bem como em inúmeras outras cidades, demonstraram uma capacidade de mobilização de segmentos da sociedade civil surpreendente e há muito tempo não vista no país.

O presente artigo pretende discutir como estes novos movimentos, aqui denominados movimentos sociais em rede, se articulam com os movimentos sociais clássicos. Ou de outra forma, os novos movimentos em rede colocam em xeque os movimentos sociais institucionalizados de forma tradicional? A hipótese apresentada neste trabalho aponta para uma resposta negativa. Contudo, seria possível detectar, em certas ocasiões, um conflito entre os novos movimentos em rede e os movimentos aqui chamados de tradicionais.

[*] Professor da Universidade Federal do Rio Grande, FURG; doutor em direito público pela Universidade de Toulouse.
[**] Mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de Pelotas; doutorando em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para analisar este problema, o trabalho é estruturado em dois momentos. Inicialmente são apresentados os movimentos sociais de origem sindical, oriundos, sobretudo, da organização de trabalhadores e de forte influência marxista (1.1). Posteriormente, é apresentado aquele grupo denominado pela literatura política de novos movimentos sociais (NMS), os quais surgem nas últimas décadas do século passado trazendo novos discursos para as mobilizações. Num segundo momento são analisados os novos movimentos sociais em rede, mapeando suas características e inovações (2.1), bem como analisados sucintamente três mobilizações da sociedade civil recentes no país (2.2). Por fim, procura-se averiguar as possíveis influências dos novos movimentos em rede sobre os movimentos tradicionais, bem como traçar breves perspectivas para a atuação dos mesmos (2.3).

1. As concepções clássicas dos movimentos sociais

A construção de conceitos na sociologia é tarefa complexa e, não raramente, perigosa, seja pela divergência de enfrentamento sobre um tema, seja pela sua constante mutabilidade. A noção de movimentos sociais é uma delas. Em linhas gerais, utilizando-se do conceito de Maria da Gloria Gohn, é possível analisá-los *como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas* (GOHN, 2011, p. 13).

Contudo, ainda assim, este conceito mostra-se demasiadamente amplo para os fins colimados pelo artigo. Torna-se necessário elaborar um breve levantamento histórico de algumas correntes e formatos clássicos dos movimentos sociais, antes de adentrar na análise dos movimentos que eclodiram no mundo nos últimos anos e, particularmente, no Brasil em meados de 2013.

Para tanto, propõem-se neste capítulo o

desenvolvimento de duas tradições dos movimentos sociais. Inicialmente é analisado o (1.1) paradigma operário-sindical dos movimentos sociais, originado, sobretudo, na tradição marxista. Num segundo momento, são averiguadas (1.2) as concepções culturais, identitárias e ambientais, surgidas no ocidente a partir da década de 60 do século passado e comumente chamadas de Novos Movimentos Sociais/NMS.

1.1 O paradigma marxista: a tradição operária-sindicalista dos movimentos sociais.

Inicialmente, cabe ser salientado que a identificação do paradigma marxista dos movimentos sociais não pode ser resumida com o fenômeno do sindicalismo, e vice-versa. Tratam-se de complexidades mais amplas e que exigiriam, por óbvio, uma análise mais profunda. No cenário brasileiro, por exemplo, podem ser citados movimentos sociais relevantes, os quais, embora possuam inspiração marxista, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MST, não podem ser incluídos numa tradição operária. Do mesmo modo, instituições sindicais importantes, como a Força Sindical, surgida em 1991, não pode ser classificada numa tradição marxista. Contudo, para os fins deste artigo, o qual tem por foco, sobretudo, a realidade brasileira, opta-se por analisar os movimentos operários-sindicalistas e de inspiração marxista conjuntamente, em que pese, sabidamente, esta não seja uma proposição absoluta e generalizada[1].

[1]Maria da Gloria Gohn (2007, p. 171) salienta este risco: *O paradigma marxista aplicado à análise dos movimentos sociais tem sido visto, de forma generalizada, erroneamente, como sinônimo da análise do movimento operário (...). Na realidade esta posição desconhece algumas análises sobre os movimentos sociais não operários, tais como os reivindicatórios de bens e melhorias coletivas, principalmente de equipamentos públicos, realizadas nos anos 70 e 80.*

A raiz operária sindicalista, de forte influência marxista, vincula a noção de movimento social à condição de classe operária e projeta a luta social em face do capital e do trabalho. A concepção de sociedade civil, de grande importância para se pensar os movimentos sociais, se traduz numa esfera social que possui um inimigo comum: a burguesia detentora dos meios de produção. Neste contexto, o objeto das críticas dos movimentos sociais são as contradições sociais internas dentro de um modelo macro econômico.

Os movimentos sociais sob o prisma marxista encaram os processos de lutas sociais como uma ferramenta para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Nesta esteira o *conflito entre o capital e o trabalho gera a luta de classes. A classe operária industrial tem primazia no processo de luta social, e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais*. (GOHN, 2007, p. 171)

O paradigma marxista dos movimentos sociais, em que pese conceba ao sindicalismo operário papel central, justamente pela sua posição no processo de produção capitalista, se aplica de forma mais ampla às experiências reivindicatórias da sociedade, servindo como um norte de ação para movimentos de diferentes origens.

> (...) devemos reconhecer que o marxismo, aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não-operários, não é apenas uma teoria orientadora para os próprios movimentos.

No mesmo sentido, expõe Alain Touraine (2006, p. 27): Ainda *que estejamos constantemente tentados a confundir sindicalismo e socialismo ou comunismo, por exemplo, e tentados sobretudo a reuni-los sob o título geral de movimento operário – o que leva somente à confusão – a distância entre o altermundialismo e os movimentos, por exemplo, referidos às relações dos pacientes com o conhecimento e as organizações médicas, essa distância é de tal magnitude que somos tentados a negar a existência de toda relação entre esses dois conjuntos.*

> Por isso muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica. (GOHN, 2007, p. 173)

Dentre os autores marxistas que impactaram fortemente o pensamento social contemporâneo, cabe referir Gramsci, o qual teve importante influência sobre os movimentos sociais na América Latina nas últimas décadas do século XX. Segundo o autor, os movimentos sociais são agentes básicos de mudanças no Estado, o qual é visto em um contexto ampliado, como a somatória da sociedade civil e da sociedade política (e não mais apenas como os órgãos de poder das esferas governamentais). Isso significa, segundo Gohn, reconhecer *que os conflitos sociais e as lutas de classe perpassam os aparelhos estatais,* além de admitir a importância da *conquista dos espaços públicos dentro dos órgãos estatais.* Assim, a mudança social seria um processo gradual e a tomada de poder por uma nova classe deveria ser precedida de transformações na sociedade civil, com o desenvolvimento de uma contra-hegemonia sobre a ordem dominante.

> Se o estado não é uma instância específica mas um conjunto de instituições que se diluem entre a sociedade civil e a sociedade política, ainda que o poder de coerção e de dominação esteja localizado predominantemente num dos pólos (sociedade política), a sociedade civil possui mecanismos e organismos que forçam as alterações na correlação das forças em luta. (...) Portanto, em determinadas conjunturas políticas, o estado teria de alterar suas políticas, incorporar ou abrir espaços novos às forças sociais que o pressionam (de forma contestatória ou não). (GOHN, 2007, p. 187)

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a sociedade civil adquire autonomia de atuação em relação ao Estado, propiciando que as forças sociais adquiram condições de transformar a realidade social. A ampliação do conceito de Estado possibilita que a sociedade civil atue nas tomadas de

decisões de questões econômicas, sociais, ideológicas, etc., desconstruindo uma hegemonia dominante vigente e substituindo-a por uma contra-hegemonia.

Em suma, embora não constitua inspiração única, é possível constatar, com Maria da Glória Gohn, uma forte influência do pensamento gramsciano sobre as entidades vinculadas às reivindicações de trabalhadores no Brasil.

1.2 Os Novos Movimentos Sociais/NMS – A superação do paradigma classista?

Os chamados novos movimentos sociais/NMS buscam superar o paradigma classista então vigente, que partia de uma identidade de classe social e focava, sobretudo, suas críticas às condições de trabalho, ao sistema econômico, aos meios de produção, etc. Percebe-se uma *negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre* (GOHN, 2007, p. 122). Ressalte-se, contudo, que não se trata de um afastamento completo das raízes marxistas, na medida em que alguns conceitos, como ideologia e lutas sociais, continuam em voga. Em outras linhas, verifica-se uma desaproximação do marxismo tradicional, ortodoxo, o qual não daria conta em explicar uma concepção central para os NMS: a cultura.

A noção de identidade também é fundamental para os novos movimentos sociais. O seu crescimento se dá a partir da defesa desta identidade. Sua grande preocupação é assegurar direitos sociais para população que representa. É possível afirmar, outrossim, que há uma clara alteração no eixo de reivindicações: da economia (em relação às desigualdades do sistema de produção capitalista) para a cultura (para as desigualdades identitárias existentes na sociedade). Os movimentos sociais aqui descritos não têm por finalidade transformar situações e relações econômicas; *defendem a*

liberdade e a responsabilidade de cada indivíduo, sozinho ou em coletividade, contra a lógica impessoal do lucro e da concorrência. Criticam a *ordem estabelecida, a qual decide o que é normal ou anormal, permitido ou proibido* (TOURAINE, 2006, p. 180).

Outras ideias centrais do marxismo também são abandonadas, como a existência de um partido de vanguarda, o qual, a partir de uma estrutura hierarquizada, centraliza todas as lutas da sociedade em face do capitalismo. *O novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade.* Não se percebe a ausência total de lideranças, contudo, os movimentos se apresentam menos centralizados, com menor grau de hierarquias internas. *Não há lugar nesta estrutura para velhos líderes oligárquicos, que se destacavam por sua oratória, por seu carisma sobre seus liderados* (GOHN, 2007, p. 123/126).

Percebe-se uma tendência destes movimentos atuarem em rede, apresentando conexões entre organizações empiricamente localizáveis. Assim, há uma aproximação entre atores sociais diversificados (dos níveis locais aos mais globais), o que possibilita o diálogo da diversidade de interesses e valores.

Não é possível definir em termos exatos o marco temporal de emergência dos novos movimentos sociais (embora se costume identificar os movimentos de maio de 1968 como a certidão de nascimento dos mesmos). Entretanto, pode-se inseri-los num contexto de percepção de que as sociedades são globalizadas, multiculturais e complexas, onde

> As identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, freqüentemente, múltiplas dimensões do *self*: de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito

> à diversidade e às diferenças culturais, etc (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115).

No Brasil estes movimentos são perceptíveis nas últimas décadas do século XX. O surgimento e consolidação de movimentos relevantes no cenário nacional, como o movimento feminista, negro, LGBTS, indígena, etc, foi importante indutor de políticas públicas e de inovações legislativas em diversas áreas (cita-se como exemplo a lei Maria da Penha, política de cotas para o ingresso em universidades públicas, política de demarcação de terras indígenas, política de combate à homofobia, etc.).

Percebe-se ainda que as demandas dos novos movimentos sociais/NMS não necessariamente são defendidas por partidos políticos de viés socialista (como observado nos movimentos sociais expostos no item anterior)[2]. No Brasil, por exemplo, a igualdade de gênero é bandeira defendida atualmente por legendas partidárias de diferentes tendências.

2. Rediscutir a teoria dos movimentos sociais

As mobilizações populares que se difundiram no Brasil em 2013 trouxeram novas interrogações acerca dos movimentos sociais no cenário nacional. A análise dos movimentos, desde os seus atores até suas estratégias de atuação, dificultam sua acomodação nos formatos desenvolvidos no capítulo anterior.

Torna-se pertinente, portanto, desenvolver uma breve

[2] Para exemplificar esta afirmação, cabe trazer à tona recentes manifestações de grupos LGBTS no Brasil e na Venezuela. Enquanto que no Brasil as críticas destes grupos se dirigem a políticos sem viés socialista (é possível mencionar os notórios casos dos deputados Marco Feliciano e Jair Bolsonaro), na Venezuela, as críticas atuais se dirigem ao presidente Nícolas Maduro (este ligado a partido de viés socialista), em decorrência de suas manifestações supostamente homofóbicas durante as últimas eleições presidenciais.

abordagem sobre as manifestações vivenciadas (2.1), bem como desenvolver um sucinto estudo de três casos recentes: a ocupação da praça pública em torno da Usina do Gasômetro em Porto Alegre, no ano de 2013; a greve dos rodoviários de Porto Alegre em fevereiro/março de 2014; e a greve dos garis no Rio de Janeiro em março de 2014 (2.2). Por fim, buscando enfrentar o problema exposto no artigo, são analisadas as interlocuções entre os movimentos e possíveis perspectivas para os mesmos (2.3).

2.1 Os novos movimentos sociais em rede: o que há de novo?

As mobilizações observadas no Brasil em 2013 apresentaram alguns pontos de semelhança com aquelas observados nos últimos anos em todo o mundo, como os movimentos populares vinculados às insurreições da chamada "primavera árabe" e os movimentos de ocupação de espaços públicos simbólicos, como o "*Occupy Wall Sreet*". O sociólogo Manuel Castells, em sua recente obra *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*, mapeia uma série de movimentos ao redor do planeta, como aqueles observados na Islândia, no Egito, na Espanha e também no Brasil. Pretende-se aqui, partindo-se desta obra, traçar as principais características deste fenômeno para responder a seguinte pergunta: o que há de novo?

2.1.1 Uso de ferramentas virtuais para as estratégias de comunicação

A circulação de informações referentes ao movimento se dá majoritariamente através da internet. A velocidade na troca de informações e a amplitude de divulgação das mesmas são fundamentais para a organização das mobilizações.

Ferramentas como redes sociais propiciam uma maior participação ativa dos integrantes dos movimentos, o que não

ocorre com tamanha intensidade em outros instrumentos eletrônicos, como sites institucionais ou e-mails. As redes sociais possibilitam a troca de notícias em tempo real, além de possibilitar o alastramento das notícias para um público ilimitado (aquilo que se denomina de "viral" no meio virtual: é praticamente impossível deter a divulgação de informações).

Dois aspectos importantes decorrem do uso destas ferramentas: (i) a possibilidade de manutenção do anonimato dos participantes e (ii) a dificuldade de controle por parte dos agentes públicos (sobretudo de repressão). A inviabilidade do Estado controlar as ações que emergem da sociedade civil constitui fator de instabilidade institucional.

A velocidade na comunicação dos novos movimentos em rede concede maior agilidade na articulação das manifestações, o que não se observa nos movimentos tradicionais, onde as decisões dependem de deliberações formais de uma diretoria, ou de um conselho, muitas vezes com reuniões formalmente convocadas e com regras regimentais de funcionamento.

2.1.2 Horizontalidade, ausência de estruturas hierarquizadas e busca do consenso.

A ausência quase que absoluta de estruturas hierárquicas constitui uma grande inovação nos movimentos brasileiros de junho de 2013, embora o surgimento dos NMS, ainda nas últimas décadas do século passado, já inovasse também em seu caráter descentralizador.

Não existem associações, sindicatos, ONGs ou outras entidades responsáveis pela organização das mobilizações. Elas são articuladas de forma horizontal, a partir de plenárias realizadas em espaços públicos, com ampla possibilidade de participação ou em espaços virtuais.

Os movimentos, via de regra, não possuem dirigentes

instituídos (ou ao menos o nome destes não são revelados e anunciados de forma frequente). Foge-se, portanto, da estrutura convencional dos movimentos sociais tradicionais, que possuem eleições rotineiras com frequentes embates e divergências entre os participantes. Os movimentos buscam construir suas decisões consensualmente, através de amplo processo de deliberação. Neste sentido, cabe transcrever trecho da carta de princípios do Movimento Passe Livre, um dos grupos que se destacaram durante as manifestações de 2013:

> Os princípios constitutivos do MPL serão definidos somente pelo método do consenso. Nas deliberações não referentes a princípios, deve-se buscar propostas consensuais, na impossibilidade, deve-se ter previsto o recurso à votação[3].

2.1.3 Ausência de articulação com partidos políticos

A formatação dos movimentos sociais aqui chamados de tradicionais teve considerável influência dos partidos políticos, os quais "investiram" nos movimentos para pautar e influenciar suas dinâmicas (FERREIRA, 1994). De forma distinta, os movimentos sociais em rede rejeitam articulações com partidos políticos. As manifestações observadas no Brasil em 2013 demonstraram que estes movimentos criticam justamente a forma de atuação dos partidos no país. A negação do *modus operandi* da política brasileira foi um dos alicerces das reivindicações.

Novamente percebe-se um afastamento dos movimentos tradicionais, os quais muitas vezes constituem ramificações de partidos políticos ou possuem uma atuação muito próxima a estes. Para exemplificar este ponto[4],

[3] Disponível em http://saopaulo.mpl.org.br. Acesso em 02/02/3014.

[4] Cabe aqui também salientar a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, elaborada em 2002. Segundo o documento *não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares.*

novamente transcreve-se trecho da carta de princípios do Movimento Passe Livre:

> O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.
>
> Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pela Tarifa Zero dentro das nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.
>
> A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas. (saopaulo.mpl.org.br)

2.1.4 Diversidade social dos participantes e amplitude das reivindicações:

Ao contrário dos movimentos referidos no capítulo anterior, não há proeminência de operários (como nos movimentos sindicais), ou de mulheres ou negros (como nos movimentos culturais). Deste modo, os movimentos observados no Brasil destacam-se pela sua heterogeneidade, com a participação ampla de pessoas de diferentes idades, classes sociais e etnias.

Tal fato parece estar diretamente vinculado à amplitude das reivindicações. Na medida em que as mobilizações tiveram por foco uma conjuntura política comum ao país, como os grandes escândalos de corrupção, a ineficiência dos serviços públicos, a ausência de um projeto democrático para a gestão das cidades, etc., os movimentos conseguiram identificar um inimigo comum: o sistema político e econômico. Isso pode explicar a caminhada conjunta de manifestantes com posições

---

Disponível *em http://www.forumsocialmundial.org.br. Acesso em 28/07/2014.*

políticas distintas e, algumas vezes, opostas.

> As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115/116)

2.2 Experiências recentes no cenário brasileiro: o movimento ocupa árvores (POA), a greve dos rodoviários (POA) e a greve dos garis (RJ).

A análise das práticas dos movimentos sociais na cidade de Porto Alegre nos anos de 2013 e 2014 nos oferece três exemplos de mobilizações que indicam fenômenos distintos: a ocupação de uma área verde para evitar o corte de árvores pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (a), o movimento grevista deflagrado pelos rodoviários de Porto Alegre (b) e a greve dos garis da cidade do Rio de Janeiro (c). Neste capítulo são apresentados brevemente os três movimentos.

2.2.1 O Movimento Ocupa Árvores

No ano de 2013 a Prefeitura de Porto Alegre anunciou uma série de intervenções em áreas verdes no município tendo por objetivo possibilitar o alargamento de avenidas centrais da cidade. Tais obras, destinadas a melhorar a circulação de veículos, sobretudo nas proximidades do Estádio Beira Rio (onde ocorreriam partidas da Copa do Mundo de futebol) exigiram a derrubada de um número significativo de árvores.

Tal quadro mobilizou uma série de manifestantes contrários ao corte das árvores, os quais passaram a ocupar a praça existente ao lado da Avenida Edvaldo Pereira Paiva, buscando evitar a efetivação da supressão das espécies. O

movimento, denominado de Ocupa Árvores, durou mais de 40 dias e teve a participação majoritárias de estudantes, moradores de ruas e ambientalistas.

As tentativas de mediação do conflito extrajudicialmente não obtiveram êxito, fato que acarretou a proposição, por parte do poder público municipal, de uma ação de reintegração de posse. A liminar deferida no processo[5] foi cumprida no dia 29 de maio, através de operação que contou com forte aparato policial e a prisão de diversos manifestantes.

Importante salientar que o movimento não apresentou uma liderança principal e não foi organizado por uma entidade específica. Em que pese houvesse o apoio de diversas Organizações Não Governamentais vinculadas à temática ambiental, bem como com o apoio de alguns círculos políticos, o movimento manteve-se apartado de uma estrutura regularmente institucionalizada.

2.2.2 A greve dos rodoviários de Porto Alegre:

No dia 14 de janeiro de 2014, o Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre decide em assembléia entrar em estado de greve. Dentre as principais reivindicações encontra-se um reajuste salarial de 14% (diante de uma oferta de 5,56% do sindicato das empresas de ônibus). Em 27 de janeiro, os rodoviários deixam de circular com parte da frota da capital. No dia seguinte, a paralisação é integral e 100% dos ônibus permanecem nas garagens, trazendo inúmeros inconvenientes para a população.

Ainda no dia 28 de janeiro, a Justiça do Trabalho determina que fossem mantidos os percentuais mínimos de 70% da frota em circulação nos horários de pico e 30% nos demais períodos, fixando multa diária para o caso de

[5] As informações referentes ao processo em foco, nº 001/11301306852, podem ser consultadas no site www.tjrs.jus.br.

descumprimento. No mesmo dia, o sindicato dos trabalhadores retira 100% dos ônibus em circulação da cidade, fato que gera a majoração da multa imposta pelo Judiciário.

O movimento grevista perdurou por 15 dias. O retorno ocorreu no dia 11 de fevereiro, contudo sem acordo entre as partes envolvidas. Em assembléia, o sindicato dos trabalhadores decidiu pelo retorno às atividades, mas rejeitou a proposta apresentada pelo sindicato dos empregadores, deixando a decisão final do litígio para o Poder Judiciário.

A mobilização dos trabalhadores contou com intensa cobertura dos meios de comunicação, sendo possível identificar claramente as lideranças sindicais responsáveis pela organização do movimento grevista. Em suma, a organização hierárquica do sindicato resta perceptível nas manifestações de seus membros, fato não observado no movimento anteriormente analisado.

2.2.3 A greve dos garis do Rio de Janeiro

No dia 1º de março de 2014, dias antes do início do carnaval no Rio de Janeiro, os garis da cidade paralisaram suas atividades, exigindo melhores salários e condições de trabalho. O movimento, que durou 8 dias, trouxe impacto imediato à população, deixando a cidade desprovida do recolhimento habitual de lixo.

No dia 03 de março, o sindicato da categoria fechou acordo para o dissídio coletivo com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB). Segundo o acordo, o reajuste seria de 9%, além do pagamento de 40% de insalubridade. A maior parte dos garis, contudo, rejeitou o acordo e manteve a paralisação, em que pese posicionamento contrário do sindicato.

A greve encerrou no dia 08 de março, após acordo celebrado com os grevistas e a Prefeitura Municipal,

intermediada pela Justiça do Trabalho. O valor básico dos garis passou a ser de R$ 1.100,00 (aumento de cerca de 37%). Contudo, esta negociação não se deu no âmbito da organização sindical, na medida em que o sindicato da categoria restou afastado da mobilização dos trabalhadores.

2.3 Possíveis interações e conflitos na análise dos movimentos sociais

Os três movimentos apresentados no ponto anterior apresentam traços que os assemelham e os distinguem. Seria possível, numa tentativa de classificação simplista, enquadrar o movimento Ocupa Árvores na terceira categoria apresentada (movimentos sociais em rede). A inexistência de uma estrutura institucional e hierarquizada, bem como a negação de aproximações formais com partidos políticos são elementos claramente perceptíveis. O movimento grevista dos rodoviários de Porto Alegre, por sua vez, poderia ser enquadrado no estereótipo tradicional dos movimentos sociais. As mobilizações são organizadas a partir de uma diretoria hierarquicamente constituída, a qual tem o poder de negociar com as esferas públicas e ser a porta-voz dos membros filiados. Nada impede que a entidade seja agregada a alguma central sindical e se aproxime, na medida em que sua diretoria desejar, de ações partidárias.

Por fim, a greve dos garis do Rio de Janeiro encontra-se num terreno nebuloso. Em que pese as demandas da mobilização se encontre num eixo característico do primeiro grupo (demandas classistas por melhores salários e condições de trabalho), o movimento não foi organizado pelo sindicato da categoria e, de certa forma, sequer contou com seu apoio. Os manifestantes negaram a representatividade do sindicato e buscaram vias alternativas de negociação. Neste sentido, é possível aproximar as manifestações dos garis do Rio de Janeiro do terceiro grupo, devido a busca dos grevistas por

novas formas de participação, além do formato sindicalista clássico.

Contudo, não é possível afirmar que a emergência de novos movimentos em rede seja capaz (e sequer é possível detectar a intenção de) de eliminar o formato clássico dos movimentos sociais (institucionalizado em sindicatos, ONGs, associações, diretórios de estudantes, etc.).

A discussão sobre as esferas de legitimidade pode dar algumas pistas acerca do futuro dos movimentos sociais. Em que pese as críticas realizadas em face do funcionamento e práticas dos movimentos tradicionais, é inegável que estes mantém um campo confortável de legitimidade perante suas bases. Exemplificando este afirmação, cabe trazer à tona a grande mobilização nacional promovida pelas centrais sindicais, capitaneadas sobretudo pela Central Única de Trabalhadores/CUT, no dia 11 de julho de 2013. O movimento sindical, que permaneceu consideravelmente alijado das manifestações de junho de 2013, buscou seu espaço no contexto nacional de manifestações, demonstrando seu potencial de mobilização e a força da sua estrutura.

Os movimentos em rede trouxeram nas técnicas de comunicação e na horizontalidade de sua estrutura suas grandes inovações. No que tange ao primeiro aspecto, é possível afirmar que os movimentos tradicionais também se apropriaram com sucesso de tais técnicas. As redes sociais e os meios alternativos de comunicação passaram a ser armas de divulgação tanto dos novos movimentos observados como dos sindicatos e ONGs. Por outro lado, a problemática da horizontalidade e da transparência interna ainda parece ser um desafio para os movimentos apresentados no capítulo 1 deste artigo. O distanciamento entre as lideranças instituídas e suas respectivas bases causa a indignação dos representados e a conseqüente negação da legitimidade da instituição. Tal fenômeno, por exemplo, foi observado na greve dos garis do

Rio de Janeiro.

A ideia de *accoutability,* proveniente da ciência política, ajuda a esclarecer a hipótese. Este conceito, sem tradução literal para o português, nos reporta a obrigação dos representantes prestar contas para o conjunto de representados. Diz respeito, outrossim, *à capacidade que os constituintes têm de impor sanções aos governantes, notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem de sua missão e destituindo os que possuem desempenho insatisfatório* (Miguel, 2005, p. 25).

> Sob o modelo de prestação de contas, os representantes não recebem um cheque em branco que os autoriza a atuar de forma totalmente discricionária até a próxima eleição. O mandato representativo se encontra agora sob a supervisão de uma combinação de mecaismos formais e informais destinado a fazer com que os representantes atuem responsavelmente e levem em consideração os interesses dos representados (PERUZZOTI, 2011, p. 13).

Em que pese este conceito seja mais comumente utilizado para a análise da representação nas esferas estatais, ele é facilmente adaptado para as entidades privadas de representação. Na medida em que os dirigentes de entidades representativas não traduzam as expectativas de seus membros e não havendo espaço hábil para alternância na direção, é compreensível que os representados busquem novos canais de pressão política.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que não está no rol de objetivos dos movimentos em rede a extinção dos movimentos tradicionais. Contudo, este distanciamento observado aponta para uma rejeição de parte considerável da sociedade civil sobre as formas ortodoxas de representação. Esta rejeição pode ainda ser decorrente do aparelhamento de parte da sociedade civil organizada pelas estruturas estatais, o que teria acarretado a fragilização do potencial combativo e reivindicador dos

movimentos tradicionais[6].

A construção de movimentos com estruturas horizontais e menos hierarquizadas é fruto da demanda por maior transparência tanto do Estado como das entidades representativas da sociedade civil. Neste sentido, pode-se afirmar que as manifestações de junho de 2013 foram voltadas tanto para as esferas estatais como as não estatais. É papel, portanto, das entidades institucionalizadas de representação da sociedade civil repensar suas práticas de deliberação com suas bases (ou ainda, suas práticas de prestação de contas –

[6] Esta hipótese exige um estudo mais aprofundado sobre a relação movimentos sociais x poder público. A simples afirmação, comumente verificada, de que os movimentos sociais foram aparelhados pelo Estado após o início da gestão do governo Lula não se mostra capaz de responder a complexidade de elementos políticos e sociais. Contudo, parece correto afirmar que a aproximação de parte dos movimentos sociais, sobretudo aqueles de base sindical e estudantil, com as esferas decisórias, suavizou o tom da crítica em face do governo federal. Neste aspecto cabe salientar, por exemplo, o manifesto divulgado após o 8º Congresso da CUT (Concut), ocorrido em 2003: *Consideramos o governo Lula uma conquista dos setores que historicamente lutaram pela democratização do Estado e das relações de trabalho, e com o qual se pode estabelecer relações e negociações transparentes, tendo os interesses dos trabalhadores devidamente considerados. Desse modo, a CUT deve dialogar com o governo no debate concreto do projeto alternativo e utilizar sua capacidade de mobilização para pressionar desde a base sindical e setores amplos da sociedade civil para que tal projeto se realize, fortalecendo-se cada vez mais diante dos governos nacional, estadual municipal, pavimentando um campo de pressão popular para se contrapor ao brutal cerco das elites neoliberais* (disponível em www.cut.org.br, acesso em 28/07/2014). Passados mais de 10 anos, a maior central sindical do Brasil mantém apoio expresso a eleição da candidata presidencial do Partido dos Trabalhadores: *Outro tema recorrente é a necessidade de reeleger o projeto político representado pela presidenta Dilma, o que inclui governadores e parlamentares identificados com o projeto. Neste item, está decidido inclusive que a CUT e integrantes de outras centrais que defendem a reeleição de Dilma farão uma plenária de apoio no próximo dia 7, no Ginásio do Canindé, em São Paulo* (disponível em www.cut.org.br, acesso em 28/07/2014).

accountability), sob risco de perderem seu espaço de interlocução com as esferas públicas.

Conclusão

Não se mostra aconselhável classificar mobilizações e movimentos da sociedade civil em categorias estanques e fechadas. A dinâmica e a complexidade peculiar a cada uma das experiências traz características por vezes difíceis de serem rotuladas em compartimentos pré-definidos. Contudo, respeitando-se possíveis exceções e situações de difíceis enquadramentos, é possível detectar conjuntos de elementos caracterizadores dos movimentos sociais. Assim, no curso deste artigo, foram apresentados grupos distintos de movimentos sociais: os movimentos de tradição classista e operária; os movimentos culturais, ecologistas, identitárias, etc. e; por fim, os novos movimentos em rede, que eclodiram no Brasil de forma massiva em junho de 2013.

A análise das mobilizações dos novos movimentos em rede demonstra que não há uma tentativa expressa de redução dos grupos denominados de tradicionais. Não é, portanto, objetivo dos novos movimentos substituir a representação sindical, por exemplo. Porém, é perceptível um grau considerável de questionamento sobre as práticas das entidades classicamente institucionalizadas da sociedade civil.

O conceito de *accountability*, oriundo da ciência política, demonstra a importância da aproximação, com freqüente prestação de contas, das entidades da sociedade civil em relação às suas bases. A ausência desta prestação impulsiona o conjunto de representados a buscar novas formas de diálogo com o poder público.

É inegável a repercussão dos novos movimentos em rede para o processo político, tanto no interior das agências públicas (sobretudo no processo de elaboração de políticas públicas) como na própria representação da sociedade.

Contudo, não resta detectada uma rivalidade, ou disputa direta, entre estes movimentos e a forma tradicional de institucionalização da sociedade civil, o que confirma a hipótese lançada neste artigo.

Referências bibliográficas

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**. São Paulo, v. 80, p. 71-96, 2010. CASTELLES, Manuel. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zaharr, 2013.

ESPINEIRA, Maria Victória; TEIXEIRA, Helder. Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação política. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. FERREIRA, Ruth Vasconselos Lopes. Movimentos sociais e Partidos Políticos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 3, p. 166-176, nov. 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, v. 70, p. 139-170, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, Nov. 2005.

PERUZZOTI, Enrique. A política de *accountability* social na América Latina. In: Controle Público e Democracia. Organizado por Enrique Peruzzoti et al. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RAMOS, Leonardo Cesar Souza. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana**. 2000. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath; MOURA, Joana Tereza Vaz de. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 16, número suplementar,

p. 43-54, 2008.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília. V. 21. N. 1 p. 17-28., 2006.

TOURAINE, Alain. **Um Novo Paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

Resumo

As recentes manifestações observadas no Brasil, sobretudo após junho de 2013, trazem novas reflexões para a teoria dos movimentos sociais. Os novos movimentos, seguidamente chamados de movimentos em rede, inovam nos métodos de mobilização em relação aos movimentos tradicionais. Contudo, a emergência destes novos movimentos não busca competir ou extinguir com estruturas clássicas, em que pese seja perceptível o conflito de prática entre as mesmas.

Palavras chaves: movimentos sociais – movimentos em rede – sociedade civil

Abstract

The recent manifestations observed in Brazil, especially after June 2013, bring new reflections to the theory of social movements. The new movements, then called networked movements, innovate in mobilization methods compared with traditional movements. However, the emergence of these new movements does not seek to compete or terminate with classical structures, despite the conflict of practice is perceived between them.

Keywords: social movements – network movements – civil society